



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

MARIA GABRIELA FERREIRA DA SILVA

RELAÇÃO ENTRE ESTILOS PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO
EMOCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

João Pessoa

2024

MARIA GABRIELA FERREIRA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia. Orientador(a): Professora Eloá Losano de Abreu

João Pessoa - Paraíba

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido chegar até aqui e por ter me dado forças para perseverar e não desistir frente às lutas e dificuldades encontradas pelo caminho. Seguindo confiante em seu ensinamento que diz que “tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo coração, como para o senhor e não para os homens” Colossenses 3:23-24.

Agradeço imensamente a prof. Eloá por toda dedicação e paciência, e por ter sido a melhor orientadora que eu poderia ter. Obrigada por todo apoio e compreensão, pois sem eles a realização desse trabalho não seria possível.

Gratidão aos meus pais por tantas abdições e incentivos aos estudos ao longo da minha vida, a minha família, e ao meu esposo Jeremias, por todo apoio e compreensão das viradas de madrugada e pelo tempo que não pude estar com ele nas nossas noites de filme.

Por fim, um obrigado não menos especial às minhas amigas Jadna, Marília e Melissa, que tornaram minha trajetória acadêmica muito mais leve e prazerosa por tê-las ao meu lado.

RELAÇÃO ENTRE ESTILOS PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Maria Gabriela Ferreira da Silva

Eloá Losano de Abreu

RESUMO

O objetivo deste trabalho é verificar como os estudos têm analisado a relação entre os estilos de socialização parental e o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes. Para tanto, foi feita uma revisão integrativa da literatura, que realizou-se através da base de dados do Periódicos Capes, a partir dos descritores *estilos parentais* “AND” *regulação emocional*, e *estilos parentais* “AND” *desenvolvimento emocional*. A partir dos critérios de inclusão, foram selecionados seis artigos publicados no período de 2004 a 2024. Os resultados da revisão indicaram uma maior relação entre as práticas parentais positivas, presentes no estilo autoritativo, e o desenvolvimento emocional saudável, em comparação aos estilos indulgente, autoritário e negligente. Por sua vez, o estilo autoritário se torna mais favorável e de caráter protetivo em contextos de maior vulnerabilidade, em detrimento do estilo indulgente e negligente. As informações também apontam para a importância de considerar os aspectos individuais como o temperamento e personalidade do indivíduo. Destaca-se por fim, a importância da realização de trabalhos de psicoeducação emocional com os pais e o papel essencial destes como correguladores em situações de desajuste emocional dos filhos.

Palavras-chave: apego, estilos parentais, desenvolvimento emocional, socialização parental.

Introdução

Neste trabalho, serão apresentados os resultados de uma revisão integrativa da literatura que buscou analisar como os estudos têm abordado a relação entre os estilos de socialização parental e o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes. Nesse sentido, adotou-se a perspectiva teórica da Psicologia do Desenvolvimento, considerando os modelos de estilos de socialização parental (Baumrind, 1989; Maccoby & Martin, 1983) e a abordagem do desenvolvimento da regulação emocional (Gross & Thompson, 2007; D. Chabot & M. Chabot, 2005).

Desde o nascimento, a emoção serve como um sistema de alerta essencial, operando, no início, como um sinalizador de mudanças importantes na pessoa e no ambiente. À medida que a pessoa amadurece, as emoções começam a moldar e a aprimorar o pensamento, ao dirigirem a atenção das pessoas para mudanças importantes. Uma segunda contribuição da emoção sobre o pensamento é gerar emoções “sobre demanda” de modo que elas possam ser melhor compreendidas. A capacidade de gerar sentimentos acontece com planejamento. O indivíduo pode prever ou antecipar sentimentos que ajudem a tomar decisões futuras. Ocorre como um “teatro emocional da mente” na qual as emoções podem ser geradas, sentidas, manipuladas e examinadas para que sejam melhor compreendidas (Mayer & Salovey, 1997).

Assim, o desenvolvimento socioafetivo dos indivíduos já começa a se estabelecer desde a primeira infância e constitui um elemento básico da personalidade. Hoje em dia, sabe-se que as pessoas diferem na frequência e na intensidade com que sentem uma determinada emoção, nos tipos de eventos que podem produzi-la, nas manifestações físicas que demonstram e no modo como agem em consequência disso (Papalia & Feldman, 2013). De acordo com Berger (2003), o desenvolvimento emocional das crianças revela como elas começam a perceber, compreender e reagir ao ambiente ao seu redor. As respostas emitidas inicialmente costumam ser reflexas, difusas, e na maior parte fisiológicas à estimulação social

ou processos internos, que revelam sinais de contentamento, interesse e aflição. Esses sinais sociais serão interpretados por seus cuidadores com o intuito de terem suas necessidades atendidas, garantindo assim a sua sobrevivência.

O surgimento das emoções mais complexas na criança parte das mais simples e primárias. Algumas delas como o constrangimento, a empatia e inveja só aparecem após o desenvolvimento da autoconsciência, que se trata da compreensão cognitiva de que ela tem uma identidade reconhecível, separada e diferente do resto do mundo (Papalia & Feldman, 2013). Com o tempo, os bebês passam a usar referências sociais para explorar o mundo, examinando as expressões das outras pessoas, principalmente dos pais, em busca de indícios emocionais que assegurem suas ações como positivas e a exposição a determinadas situações e interações como seguras.

Ao longo do desenvolvimento, as crianças aprendem sobre raciocínio emocional ao relacionarem as emoções com situações e, à medida que crescem, também são capazes de reconhecer a existência de emoções complexas e contraditórias em certas circunstâncias. Na compreensão das emoções complexas, as emoções primárias e secundárias se misturam. Muitas vezes estados emocionais antagônicos (amor e ódio) se manifestam simultaneamente. É importante compreender que ocorre uma transição das emoções, reconhecer que uma emoção pode dissolver-se, modular-se, mudar de tonalidade e até mesmo de forma (D. Chabot & M. Chabot, 2005).

Quando algumas crianças crescem, os pais ensinam a expressar certos sentimentos e apresentam estratégias de controle emocional para que a criança aprenda que as emoções podem ser separadas do comportamento. Dessa forma, a criança aprende a se envolver com as emoções e a livrar-se delas no momento apropriado. No entanto, para promover o crescimento emocional e intelectual, o controle reflexivo das emoções vai exigir uma abertura aos sentimentos. Para isso, as reações emocionais devem ser toleradas e até mesmo

bem aceitas quando acontecerem, independente de quão agradáveis ou desagradáveis sejam. À medida que o indivíduo amadurece, os pensamentos passam a ocorrer como reflexões conscientes sobre reações emocionais, em oposição a simples percepções de sentimentos (Mayer & Salovey, 1990).

Sendo assim, a relação parental tem forte influência sobre o desenvolvimento das características emocionais nas crianças, e pode ser analisada a partir de elementos como o padrão de apego estabelecido com a criança e, principalmente, com os estilos de socialização parental (Papalia & Feldman, 2013).

Socialização parental

Os primeiros estudos sobre a teoria do apego foram desenvolvidos por J. Bowlby (1940; 1944), e Mary Ainsworth (1963), que definem o apego como um mecanismo básico de vinculação entre os seres humanos (Bowlby, 1989; Ainsworth, 1978, 1985). Ou seja, é um comportamento biologicamente programado, considerado como um sistema de controle homeostático, que funciona dentro de um contexto de outros sistemas de controle comportamentais (Dalbem & Dell'aglio, 2005).

Desde os primeiros meses de vida, o bebê emite sinais inatos por meio de comportamentos de busca de proximidade com o cuidador, como chorar, sorrir ou buscar contato social, instaurando-se assim a relação da criança com os pais (Bowlby, 1973, 1984). O papel do apego é fornecer o conhecimento de que uma figura de apego está disponível e oferecerá respostas quando necessário, proporcionando um sentimento de segurança para a criança que é fortificador da relação. A existência do apego pode ser demonstrada através de comportamentos observáveis que o cuidador, considerado um indivíduo com mais experiência para lidar com as situações do mundo, apresenta para alcançar ou manter proximidade com a criança, servindo de referencial de como se comportar diante de situações semelhantes (Dalbem & Dell'aglio, 2005). Assim, o desenvolvimento de um autêntico

vínculo afetivo se forma com o passar do tempo, garantido pelas capacidades cognitivas e emocionais da criança, assim como pela consistência dos procedimentos de cuidado, pela sensibilidade e responsividade dos cuidadores (Dalbem & Dell'aglio, 2005).

Ainda, Ainsworth (1978, 1985) realizou estudos para estabelecer diferenças entre os padrões de apego estabelecidos entre os pais e as crianças e seu impacto no desenvolvimento socioemocional durante os primeiros anos de vida, e evidenciou que, além da ligação com fatores temperamentais e genéticos, o modelo de apego desenvolvido pelo indivíduo durante a primeira infância é profundamente influenciado pela maneira como os cuidadores primários (pais ou pessoas substitutas) o tratam.

Nessa direção, ao realizar uma pesquisa sobre os estilos de parentalidade, Diana Baumrind (1973) considerou alguns aspectos importantes que distinguiram os pais no seu relacionamento com os filhos: (1) as demonstrações de afeto ou de dedicação/sustentação, que variavam de muito afeto a total frieza, (2) as estratégias de disciplina ou controle, que diz respeito a clareza e consistência das regras, que podiam envolver explicações, persuasão e/ou punição (3) a qualidade das comunicações entre pai e filho, que variavam de grande atenção a exigências de silêncio e (4) as expectativas de maturidade, que eram evidentes no grau de responsabilidade e de autocontrole que eles exigiam (Berger, 2003). Em seu trabalho, a autora estabeleceu fortes associações entre cada estilo de parentalidade e um determinado conjunto de comportamentos infantis (Bauring, 1989; Darling e Steinberg, 1993; Pettit, Bates & Dodge, 1997). Os três estilos de parentalidade encontrados pela autora foram a parentalidade autoritária, a permissiva e a competente ou democrática.

Os pais autoritários são altamente exigentes com os filhos. Prezam pelo controle e obediência, enfatizando o respeito pela autoridade e ordem. A sua palavra se torna uma lei que não deve ser questionada e que não carece de explicações. Estes estabelecem um padrão de conduta que deve ser seguido, e em caso de má conduta ou violação desse padrão, a

criança é rigorosamente punida (Papalia & Feldmam, 2013). Neste padrão, as exigências de maturidade são altas, e a comunicação baixa, principalmente quando se trata de falar sobre as emoções (Berger, 2003). Os pais autoritários aparentam ser irresponsáveis e desinteressados, pois não costumam demonstrar muito afeto e dedicação, sendo comumente menos carinhosos e mais impessoais que os outros pais. Os filhos tendem a ser mais obedientes, retraídos e calados, o que geralmente resulta em crianças mais infelizes e desconfiadas. Crianças criadas em lares assim podem apresentar problemas escolares, possuírem menos habilidades de comunicação social com os pares e terem a autoestima mais baixa do que crianças criadas em famílias com outros padrões de parentalidade (Bauring, 1991; Maccoby & Martin, 1983; Bee & Boyd, 2011).

No segundo tipo de parentalidade, o tipo permissivo, os pais fazem poucas exigências aos filhos e buscam atender a qualquer impaciência que sintam. Geralmente são dedicados, pouco controladores, carinhosos e comunicativos, demonstrando estarem sempre dispostos a ajudar. Ao tomar decisões, procuram consultar as crianças e serem explicativos em relação às regras, sendo bastante tolerantes e optando raramente por punições. O grau de maturidade requerido é baixo, então a disciplina se torna relaxada. Quando os filhos chegam na pré-escola, tendem a ser imaturos e apresentam pouco autocontrole e curiosidade exploratória. Também podem não ir tão bem na escola na adolescência e ter um comportamento imaturo com os pares. Possuem menor probabilidade de assumir responsabilidades e são menos independentes (Maccoby & Martin, 1983).

A parentalidade competente ou democrática, terceiro tipo encontrado por Baumrind, descreve os pais com altos índices tanto de controle e exigência de maturidade quanto de afeto. Embora sejam dedicados e compreensivos, os pais democráticos também estabelecem limites e impõe normas claras a serem seguidas. Ou seja, demonstram abertura para o diálogo e comunicação para atender às solicitações dos filhos, ao mesmo tempo em que estão

dispostos a discipliná-los quando necessário para corrigir algum mau comportamento apresentado. Os pais democráticos confiam em suas capacidades de orientar os filhos, mas também respeitam as decisões independentes, os interesses, as opiniões e a personalidade da criança (Papalia & Feldman, 2013). Enfatizam a individualidade da criança, mas também impõem restrições sociais, onde o seu posicionamento é explicado através do raciocínio, o que expressa a preferência de uma disciplina mais indutiva. Neste padrão, o controle familiar se mostra mais democrático do que ditatorial (Berger, 2003). Dessa forma, as crianças criadas nessas famílias em geral demonstram autoestima mais elevada, são mais independentes e têm maior probabilidade de obedecer aos pais e a demonstrar um comportamento altruísta (Bee & Boyd, 2011). Na escola, são habitualmente mais autoconfiantes, orientadas à realização e desenvolvem um melhor desempenho nas notas.

Em seus estudos, Maccoby e Martin (1983) estenderam os sistemas de categorias encontrados por Baumrind. Além da semelhança com os três estilos já apontados, os autores propuseram um quarto estilo parental denominado de negligente ou não comprometido. Este padrão representa basicamente os pais que tem como característica uma monitoração deficiente e baixa demonstração de afeto. Os mesmos não se comprometem com o controle do comportamento dos filhos e muito menos buscam construir relações de afeto com eles. As crianças com pais negligentes são mais propensas a apresentarem problemas na infância e adolescência, sejam eles escolares, nos relacionamentos sociais ou através de comportamentos impulsivos, ilegais ou irresponsáveis.

Após os estudos de Maccoby e Martin, os estilos passaram a ter outras terminologias mais atualizadas, embora não se diferenciem na essência do seu conteúdo. Diante disso, os termos no presente estudo serão abordados daqui pra frente como estilos autoritativo, autoritário, indulgente e negligente, denominados pelos autores.

Desenvolvimento emocional

Os estudos sobre as emoções têm ganhado cada vez mais importância na Psicologia do Desenvolvimento, especialmente através do reconhecimento de que a capacidade de lidar com as emoções influencia diversos aspectos do desenvolvimento infantil. Nesse sentido, surgem modelos direcionados para compreender especificamente o desenvolvimento emocional. Destacam-se os estudos de Salovey e Mayer (1990), os primeiros a apontarem o conceito de Inteligência Emocional como um constructo a ser estudado de forma científica.

De acordo com estes autores, nem tudo que relaciona cognição com emoção é inteligência emocional. A emoção pode alterar o pensamento de muitas maneiras, mas não necessariamente tornar uma pessoa mais inteligente, por isso a inteligência emocional deve estar relacionada a capacidades emocionais ou mentais mais elevadas. A definição proposta pelos autores relaciona inteligência com emoção pois combina as ideias de que a emoção faz pensar de forma mais inteligente e de que as pessoas pensam de maneira inteligente sobre suas emoções (Mayer & Salovey, 1997).

Dessa forma, a inteligência emocional pode ser definida como:

“a capacidade de perceber acuradamente, de avaliar e de expressar emoções; a capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos quando eles facilitam o pensamento; a capacidade de compreender a emoção e o conhecimento emocional; e a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual” (Mayer & Salovey, 1997, p. 23).

A partir dessa definição, observa-se que existem quatro componentes principais no desenvolvimento emocional: a capacidade de percepção, avaliação e expressão da emoção; capacidade de rotular essas emoções; capacidade de compreender suas próprias emoções e emoções alheias e a capacidade de gerir as emoções de forma intrapessoal ou interpessoal.

A capacidade de percepção, avaliação e expressão da emoção diz respeito à precisão com que os indivíduos podem identificar emoções e o conteúdo emocional. Para D. Chabot e M. Chabot (2005), a identificação das próprias emoções pode ser feita graças às suas manifestações físicas e psicológicas. Nos outros, essa identificação se supõe através de uma leitura de diferentes parâmetros observáveis na outra pessoa, como a linguagem e fala, além de expressões não-verbais (punhos cerrados, sobrancelhas franzidas; etc) e o comportamento (ataque, recolhimento, fuga, etc). Essa competência emocional também se relaciona à capacidade de distinguir a expressão de uma emoção “real” de uma emoção ensaiada ou camuflada. Para ajudar os outros a expressar suas emoções e carências, é preciso ler corretamente suas expressões emocionais, perceber o que o outro sente, ou colocar-se no lugar desse outro para conhecer suas emoções e suas necessidades subjacentes, para assim poder ajudá-lo a expressar adequadamente as suas próprias emoções (D. Chabot & M. Chabot, 2005) . Essa competência emocional tem a ver com a empatia e a capacidade de tomada de perspectiva social (Mayer & Salovey, 1997).

Após reconhecer as emoções, a criança passa a rotulá-las e a perceber relações entre esses rótulos. Diferentes emoções pertencentes a uma mesma categoria exprimem variações importantes que podem matizar sua intensidade (ex: medo, pânico, temor). A depender do contexto, uma mesma palavra pode ter diferentes conotações emocionais (gostar de beber, gostar de alguém...). A partir da capacidade de compreensão, a criança começa a reconhecer similaridades e diferenças entre essas emoções (ex: gostar e amar), passando a compreender emoções mais complexas e suas transições, além de relacionar cada emoção a um disparador específico, que provocou o surgimento da reação emocional, podendo ser um acontecimento, pensamento, sentimento, sensação, objeto, etc (D. Chabot & M. Chabot, 2005).

A gestão das emoções vai comportar uma dimensão intrapessoal (a gestão das próprias emoções) e uma dimensão interpessoal (ajudar os outros a gerirem suas emoções). A

dimensão intrapessoal consiste em intervir sobre cada um dos componentes emocionais identificados, baseado em cada um dos componentes das emoções: expressões não-verbais; componentes fisiológicos; reações comportamentais; cognição; e sentimentos afetivos (D. Chabot & M. Chabot, 2005).

A gestão das expressões não-verbais (expressões faciais e corporais), pode ser feita através da adoção de uma postura ou contração de músculos faciais correspondentes a uma emoção, que é capaz de induzir o estado subjetivo próprio daquela emoção. A gestão dos componentes fisiológicos consiste em agir sobre as modificações fisiológicas que acompanham nossas reações emocionais (ex: controle do ritmo respiratório através do relaxamento ou meditação) (D. Chabot & M. Chabot, 2005). A gestão das cognições pode ser realizada por meio do gerenciamento dos pensamentos negativos em relação à situação emocional, que implica em uma reavaliação dessa situação e mudança de atitude, transformando o significado dela através da reestruturação dos pensamentos que mobilizamos diante de eventos que nos fazem experimentar certas emoções, transformando a reação emocional que dela decorre (D. Chabot & M. Chabot, 2005). Em relação a gestão dos sentimentos afetivos, a melhor maneira de administrar nossas emoções negativas é provocando emoções positivas. De acordo com algumas pesquisas apontadas, as emoções positivas estão associadas a uma maior atividade pré-frontal esquerda do que à direita. A plasticidade de nosso cérebro nos permite construir conexões neurais associadas a estados afetivos agradáveis, e essas emoções positivas nos predispõem a reagir adequadamente às diferentes situações da vida (D. Chabot & M. Chabot, 2005).

Para estimular a inteligência emocional, é importante conhecer como se desenvolve a habilidade de regulação emocional. A regulação emocional abrange o conjunto de processos através dos quais o indivíduo modifica a sua emoção. Tal como salientam os autores Gross e Thompson (2007), a regulação emocional pode servir para modificar o tipo de emoção, a sua

intensidade, duração, ou uma ou várias componentes dela, como a expressividade. As formas de regulação emocional podem consistir tanto no aumento como na atenuação das emoções, sejam elas positivas ou negativas, que vai depender do contexto da situação social para definir qual se torna mais adaptativa para ser apresentada no momento.

A regulação emocional se desenvolve de forma gradativa por meio de estágios de desenvolvimento que acompanham a maturação cognitiva e interação social dos indivíduos. Do nascimento até os primeiros três meses de vida, as expressões emocionais do bebê são indiferenciadas e possuem uma natureza ainda tipicamente reflexa. As manifestações comportamentais associadas às diferentes emoções são pouco específicas. Neste estágio indiferenciado, os bebês possuem estratégias de regulação emocional intrapessoal muito limitadas e têm de recorrer às estratégias de regulação interpessoais. Outra competência nessa fase é a imitação das expressões faciais, usada para associar sinais diferenciados a emoções específicas (Mikolajczak & Desseilles, 2012).

Entre os três e os 24 meses de idade, os bebês se encontram num estágio caracterizado pela emergência de sinais emocionais indiferenciados. Graças às interações do bebê com os seus cuidadores, no processo de correção, a expressão indiferenciada das emoções começa a se organizar em sinais emocionais diferenciados associados a uma causa. Através da sincronia entre as sensações internas e as representações externas dadas pelo cuidador, o bebê compreende que essas associações ou respostas são reflexos das suas próprias emoções, e não das do cuidador, passando a desenvolver uma consciência das próprias emoções. Ao longo do segundo ano de vida, os bebês aumentam seu repertório de regulação intrapessoal, como a sucção voluntária ou estratégias de distração, visando eliminar/evitar uma emoção negativa ou solicitar a repetição de uma emoção positiva (Mikolajczak & Desseilles, 2012).

Entre os dois e seis anos de idade, a criança começa a desenvolver a regulação emocional intrapessoal. Nesse estágio, o cuidador passa a reenviar à criança as suas próprias

demandas de regulação emocional, para incentivar a autorregulação a partir da utilização dos sinais emocionais e estratégias de regulação. A partir dos três anos de idade, as crianças são incentivadas a utilizar a linguagem para iniciar os pedidos de regulação emocional, e começam a verbalizar as emoções como uma forma de regulação intrapessoal. A criança também adquire nesse estágio a capacidade de adiar a concretização de um objetivo e a satisfação das suas necessidades (Mikolajczak & Desseilles, 2012).

A partir dos seis anos de idade, a emoção sentida subjetivamente pelo indivíduo passa a ser interiorizada e dissociada dos sinais emocionais externos. Surge também a emergência de uma dimensão reflexiva, que se desenvolve a partir de uma compreensão de tempo e de que existem duas intenções que se diferem: a sua e a do parceiro de interação. No quarto estágio, que ocorre dos seis aos oito anos de idade, se desenvolvem dois sinais da interiorização das estratégias de regulação emocional: a miniaturização (criação de um universo mental para elaborar as emoções de forma simbólica) e a discriminação consciente entre a componente expressiva, manifestada de forma corporal, e a componente interna da emoção, ou seja, quando a criança adquire a capacidade de dissociar a expressão das emoções sob a forma de sinais diferenciados da emoção subjetivamente sentida (Mikolajczak & Desseilles, 2012). A emoção passa então a não ser visível exteriormente, sendo possível senti-la internamente sem que ocorra uma expressão comportamental externa. A maioria das crianças a partir dos nove anos de idade já são capazes de fazer essa dissociação e os sinais internos e externos passam a ter funções diferentes, podendo ser úteis para as interações sociais (sinais externos) ou estratégias de regulação intrapessoal (sinais internos).

Existem diferenças interindividuais que fazem com que algumas crianças possam desenvolver estratégias de regulação emocional mais precocemente do que outras. As investigações realizadas revelam que esse desenvolvimento depende de algumas características da criança, como o temperamento, e do cuidador, que atua como um

corregulador essencial (Mikolajczak & Deseilles, 2012). É importante que esse cuidador tenha sensibilidade para detectar os sinais indiferenciados que demonstram as necessidades da criança, e que disponha igualmente de boas capacidades para regular as suas próprias emoções, a fim de emitir respostas adequadas de cuidado que atuem de forma efetiva no desenvolvimento da regulação emocional.

Essas habilidades emocionais podem ser aprimoradas através da educação. Assim como os pais também podem ajudar as crianças a identificar e rotular suas emoções, a respeitar seus sentimentos e começar a integrá-los em situações sociais.

Diante do exposto, e considerando a importância das práticas parentais no desenvolvimento emocional das crianças, buscou-se verificar como os estudos atuais têm analisado essa relação, especificamente entre os estilos de socialização parental e a regulação emocional.

Metodologia

Como metodologia, foi adotada a revisão integrativa da literatura, que se caracteriza por avaliações críticas de materiais já publicados, considerando o progresso das pesquisas na temática abordada (APA, 2012). Nesse sentido, esta análise busca definir e esclarecer a problemática relacionada a relação entre estilos de socialização parental e o desenvolvimento emocional das crianças, a partir da organização e integração de estudos prévios relevantes sobre o tema, visando sintetizar e informar o estado em que se encontra determinada área de investigação. Entre as possibilidades da revisão, estão a identificação de relações, contradições, lacunas e inconsistências na literatura, além de possíveis indicações de sugestões para a resolução de problemas (Koller; Couto; Hohendorff, 2014).

A revisão integrativa segue seis fases: elaboração da pergunta norteadora; busca na literatura/base de dados; coleta de dados; análise crítica dos estudos selecionados; discussão

dos resultados e apresentação da revisão integrativa (Souza et al., 2010). Com relação ao presente estudo, sua pergunta norteadora foi: “Como os estilos parentais podem se relacionar ou impactar o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes?”

Procedimentos de busca e seleção dos artigos

A busca foi realizada utilizando a base de dados Periódicos Capes, por ser uma plataforma mais abrangente, tendo em vista que engloba conteúdos de várias outras bases de dados. Como critérios de inclusão foram estabelecidos trabalhos publicados em formato de artigos, nos últimos 20 anos (2004 – 2024), publicados em português ou espanhol, disponíveis gratuitamente na íntegra e que abordassem a relação entre parentalidade e desenvolvimento emocional de crianças ou adolescentes.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa a partir da composição dos termos *estilos parentais* “AND” *regulação emocional*, que resultou em apenas cinco resultados no geral, sem aplicação de filtros. Considerando o número baixo de artigos para revisão, foi realizada uma segunda busca, utilizando os termos *estilos parentais* “AND” *desenvolvimento emocional*, que obteve 28 resultados. Após a leitura dos resumos, foram excluídos ao todo 27 artigos das duas pesquisas realizadas, que não se encaixaram nos critérios de inclusão ou que apenas se repetiam em diferentes idiomas. Assim, a amostra final da revisão contou com seis artigos. A leitura na íntegra desses artigos resultou num levantamento descritivo de cada artigo, buscando enfatizar os principais pontos elencados em cada estudo no que se refere à relação entre estilos parentais e desenvolvimento emocional. Deve-se destacar que, por motivos de direcionamento aos objetivos deste trabalho, os resultados dos estudos que não se dirigiram a essa relação não serão apresentados na seção de resultados.

A seguir será apresentado uma tabela com informações sobre os artigos selecionados na pesquisa, seus respectivos autores e ano de publicação, com o intuito de facilitar de forma visual sua identificação e localização no presente trabalho.

Tabela 1

Artigos selecionados

Títulos	Autores/Ano de publicação
<i>Estilos parentais, competências sociais e o papel mediador da personalidade em adolescentes e jovens adultos</i>	Mota e Ferreira (2019)
<i>Os estilos educativos parentais e a regulação emocional: Estratégias de regulação e elaboração emocional das crianças em idade escolar</i>	Pinto, Carvalho e Sá, (2014)
<i>Estilos parentais e emoções morais de adolescentes em conflito com a lei</i>	Laskoski ¹ , Fernandes e Doria (2022)
<i>Desenvolvimento da empatia em crianças: a influência dos estilos parentais</i>	Carvalho e Kristensen, (2014)
<i>Psicoeducação das necessidades básicas emocionais aos pais/cuidadores e relação com habilidades sociais</i>	Cardoso e Quevedo (2021)

<i>Estilos parentais, inteligência emocional e o enfant terrible – relações, implicações e reflexões</i>	Paula (2012)
--	--------------

Resultados: descrição dos artigos selecionados

O artigo *Estilos parentais, competências sociais e o papel mediador da personalidade em adolescentes e jovens adultos* (Mota & Ferreira, 2019) busca analisar o efeito dos estilos parentais no desenvolvimento das competências sociais e testar o papel mediador da personalidade, considerando o modelo de cinco dimensões da personalidade – Big Five (Fiske, 1949). Participaram do estudo 1976 adolescentes e jovens adultos da região norte de Portugal com idades entre 14 e 25 anos. Nesse estudo, os autores consideraram que as dimensões extroversão, abertura à experiência, amabilidade e conscienciosidade estariam associadas a características positivas que representam uma personalidade emocionalmente ajustada, como a empatia, a assertividade e o autocontrole. Enquanto o neuroticismo estaria associado a maior instabilidade emocional, uma vez que remete para a uma tendência a experimentar emoções negativas como ansiedade, preocupação e variabilidade emocional (Hlatywayo, Mhlanga, & Zingwe, 2013).

Com os resultados da pesquisa, verificou-se que o estilo parental autoritativo se associou positivamente com as competências sociais de empatia, assertividade e autocontrole presentes nas características positivas de uma personalidade emocionalmente estável. Estando da mesma forma associado positivamente às dimensões de extroversão, abertura à experiência, amabilidade e conscienciosidade e negativamente com o neuroticismo.

Em contrapartida, os estilos parentais autoritário e indulgente associaram-se negativamente com a empatia, o autocontrole, a abertura à experiência, a amabilidade e a conscienciosidade e positivamente com o neuroticismo. Dessa forma, as atitudes parentais de

controle e punição presentes no estilo autoritário ou o excesso de amparo e beneficiamento com ausência de limites do estilo indulgente promovem uma maior instabilidade emocional. No estilo autoritário, essa instabilidade emocional se relaciona com a dificuldade para o desenvolvimento das competências emocionais e o estabelecimento de relacionamentos sociais adaptativos do indivíduo. No estilo indulgente, embora os jovens tenham maiores chances de desenvolver competências sociais adaptativas, podem apresentar dificuldades em controlar os seus impulsos, serem imaturos e sem responsabilidade.

Na pesquisa descrita no artigo *Os estilos educativos parentais e a regulação emocional: Estratégias de regulação e elaboração emocional das crianças em idade escolar* (Pinto, Carvalho & Sá, 2014), investigou-se a relação que as dimensões parentais de suporte emocional, rejeição e tentativa de controle estabelecem com o nível de elaboração emocional das crianças. Participaram do estudo 64 crianças, de ambos os sexos, dos 3º e 4º ano de escolaridade, do ensino público e particular e cooperativo. Cada criança respondeu a respeito da sua percepção a respeito das práticas parentais de seus pais, além de instrumentos desenvolvidos por Pires (2001), voltados a analisar três modalidades de respostas emocionais: Estratégia com Equilibração Emocional (EEE), Estratégia Adaptativa Operacional (EAO); e Incapacidade de Organização Emocional (IOE).

A Estratégia com Equilibração Emocional é uma modalidade mais flexível e criativa de lidar com o afeto doloroso, em que a criança se utiliza da capacidade da fantasia como recurso para lidar com a emoção. Enquanto na Estratégia Adaptativa Operacional, o reconhecimento do sofrimento leva à procura de uma estratégia de ação adequada, mas que é orientada para a realidade, com o intuito de resolver a situação que o desencadeia. E a Incapacidade de Organização Emocional ocorre quando o indivíduo não consegue chegar a uma possibilidade de solução adaptativa ao reconhecer o afeto doloroso, conduzindo-o a um impasse e à permanência da situação sem uma resolução. O enfrentamento dessa experiência

pode resultar na inadequação da estratégia de elaboração, manifestada por essa incapacidade de lidar com o sofrimento, ou até mesmo em mecanismos de defesa como a negação, que surge com o intuito de impedir a tomada de consciência dos aspectos perturbadores (Pires, 2001).

Os resultados da pesquisa apontam que crianças que percebem maior apoio ou suporte emocional dos pais tendem a demonstrar um nível de equilíbrio emocional superior quando comparadas com as que percebem maior rejeição parental, que predispõem a apresentar um nível de elaboração emocional adaptativo operacional. Isso indica que as crianças com um nível de elaboração emocional mais equilibrado costumam perceber maior apoio emocional dos pais e menos rejeição, em oposição às crianças que apresentam os outros níveis de elaboração emocional. Além disso, as crianças que experienciam o sentimento de rejeição apresentaram menos autoestima e confiança, considerados sentimentos essenciais para que elas possam lidar de maneira mais complexa com as demandas emocionais em diversas situações do dia a dia (Pires, 2001).

Apesar de não abordarem diretamente o modelo de estilos de socialização parental, esse estudo traz informações relevantes para compreender como as práticas parentais influenciam no desenvolvimento emocional dos filhos. Pais que apresentam maior disponibilidade afetiva e suporte emocional se tornam corretores mais eficientes para seus filhos. Destaca-se, ainda, que as variáveis emocionais analisadas podem ser consideradas como elementos da regulação emocional, a partir de respostas neurofisiológicas, processos atencionais e de atribuições, além de respostas comportamentais a estímulos do ambiente. Por fim, os resultados do estudo permitem inferir que as atitudes dos pais, como suporte, compreensão e diálogo com os filhos, promovem a expressão autônoma das emoções pelas crianças e incentivam a experimentação de estratégias de regulação emocional. Por outro lado, pais que reprimem a expressão emocional de seus filhos, seja através de controle

excessivo, comportamentos superprotetores ou negligência, impedem que as crianças desenvolvam habilidades de regulação emocional necessárias para lidar com as várias situações do cotidiano (Pires, 2001).

O artigo *Estilos parentais e emoções morais de adolescentes em conflito com a lei* (Laskoski¹, Fernandes & Doria, 2022) trata de uma pesquisa ao qual participaram 462 adolescentes, entre 12 e 19 anos divididos em dois grupos: 219 adolescentes do Grupo Estudo, que estavam concluindo medidas socioeducativas, oriundos dos centros socioeducativos da cidade de Curitiba e região metropolitana; e 243 no Grupo Comparação, que eram adolescentes estudantes de escolas públicas. Todos os participantes responderam um instrumento para verificar a sua percepção a respeito do estilo parental de seus pais, além de escalas que buscavam avaliar os níveis de vergonha, culpa e orgulho. Nos resultados da pesquisa, os adolescentes do grupo de comparação, que não cometeram transgressões, avaliaram seus pais como mais exigentes em comparação aos pais dos adolescentes do grupo de estudo, que estavam envolvidos em atos infracionais, permitindo inferir que uma maior exigência parental pode estar associada a um menor envolvimento em comportamentos transgressores (Laskoski et al., 2022).

Quanto aos estilos parentais percebidos pelos adolescentes, houve uma predominância do estilo autoritário entre os pais dos adolescentes do grupo de comparação, enquanto no grupo de estudo, os adolescentes avaliaram mais seus pais como pertencentes ao estilo negligente. Em relação às emoções morais, a vergonha apresentou uma correlação negativa com o estilo indulgente para os adolescentes do grupo de comparação. Já o fator culpa, especificamente o arrependimento, mostrou correlação positiva com o estilo autoritário e negativa com o estilo negligente. Por fim, os resultados também apontam para uma correlação positiva entre o orgulho e o estilo parental autoritativo, e uma correlação negativa com o estilo negligente.

Em suma, este estudo destaca a importância dos estilos parentais na regulação das emoções morais e no desenvolvimento de comportamentos sociais adequados em adolescentes. Destaca-se que, embora o estilo parental autoritário se apresente com um estilo menos eficiente em relação a outros estilos com relação ao desenvolvimento da regulação emocional, quando se compara com adolescentes envolvidos em atos infracionais, esse estilo se mostra como um relativo fator protetivo a comportamentos desajustados. Uma maior exigência parental e um estilo autoritário parecem estar associados a menores níveis de comportamento transgressor e a uma maior propensão a sentimentos de arrependimento e orgulho. Por outro lado, um estilo parental mais negligente pode estar relacionado a um maior envolvimento em comportamentos transgressores e a menores níveis de vergonha e culpa. Esses resultados têm implicações importantes para o desenvolvimento de políticas e intervenções destinadas a valorizar o desenvolvimento saudável das famílias e promover o bem-estar dos adolescentes.

O artigo *Desenvolvimento da empatia em crianças: a influência dos estilos parentais* (Justo, Carvalho & Kristensen, 2014) apresenta uma revisão narrativa da literatura, que explora os fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento da empatia, enfocando principalmente os estilos parentais e o relacionamento entre pais e filhos. Os autores se apoiam na literatura de Zhou et al. (2002) que aponta que crianças que apresentam altos níveis de empatia para emoções negativas tendem a ser mais competentes socialmente e a externalizar menos problemas de comportamento. Em contrapartida, baixos níveis de empatia representam a diminuição dos comportamentos pró-sociais e o aumento de comportamentos agressivos. Com isso, o desenvolvimento da empatia se mostra como um importante fator de proteção contra os problemas de comportamento. A forma como os pais se comportam, suas expressões emocionais, crenças e atitudes direcionadas ao filho, como suporte ou presença de apoio, clareza nas instruções, imposição de limites e expressão de

raiva e afeto, são exemplos de práticas associadas ao desenvolvimento positivo da empatia (Denham et al., 2000; Hastings et al., 2000).

A constituição de apego e vínculo afetivo na relação entre pais e filhos se mostrou como outro fator externo que influencia o desenvolvimento emocional das crianças desde o seu nascimento (Caminha, Soares & Kreitchmann, 2011), sendo o comportamento dos pais, suas expressões emocionais e atitudes direcionadas ao filho como importantes variáveis desta relação e processo de desenvolvimento (Denham et al., 2000; Hastings et al., 2000).

O desenvolvimento da empatia também é influenciado pelo temperamento infantil e sua relação com os estilos parentais. Quando o filho tem temperamento extrovertido, o estilo parental indulgente, caracterizado por práticas de controle instáveis (Baumrind, 1966), é considerado prejudicial para o desenvolvimento de empatia. No entanto, quando o temperamento da criança é de inibição, essa disciplina inconsistente do estilo indulgente não apresenta influências sobre esse desenvolvimento (Cornell & Frick, 2007).

A revisão de Justo et al. (2014) destaca um estudo longitudinal realizado por Hastings e colaboradores (2000), em que foram acompanhadas crianças dos quatro aos dez anos de idade, e cujos resultados apontaram que os filhos de mães autoritárias tendiam a demonstrar menos consideração pelos outros. Do mesmo modo, a prática de castigos físicos se mostrou prejudicial para o desenvolvimento da empatia independente do temperamento do filho. No mesmo estudo, os autores também constataram que as mães que adotam um estilo que demonstra autoridade e menos afeto negativo aos filhos possuem filhos com mais empatia, responsabilidade interpessoal e comportamento pró-social.

Esses achados corroboram com a literatura, na direção de que o estilo parental autoritário, que enfatiza a obediência e a punição ao invés da comunicação, pode prejudicar o desenvolvimento da empatia e das respostas de ajuda nas crianças. Já o estilo indulgente, que é inconsistente na aplicação de limites, seria mais prejudicial para as crianças desinibidas. O

desenvolvimento da empatia é promovido por práticas parentais presentes em um estilo de parentalidade autoritativa, que valoriza a comunicação e incentiva a resolução de problemas, expressão e regulação emocional (Justo, Carvalho & Kristensen, 2014).

As práticas de demonstração e troca de carinho pelos pais também influenciam no aumento da expressão emocional de diferentes sentimentos e na promoção da empatia para emoções negativas nas crianças (Strayer & Roberts, 2004; Zhou et al., 2002). Os resultados encontrados na revisão de Justo et al. (2014) ressaltam a importância da qualidade da comunicação parental, destacando que o que influencia positivamente o desenvolvimento da empatia não é apenas o tipo de emoção expressa, em sua valência positiva ou negativa, mas sim a forma moderada de expressão emocional (Justo, Carvalho & Kristensen, 2014)

Em síntese, os resultados trazidos pelo estudo de revisão indicam que as práticas parentais como relação de carinho, incentivo, expressão moderada de emoção e estratégias positivas para lidar com o sofrimento do filho (focar-se na emoção ou no problema e estímulo para a criança expressar seus sentimentos) promovem o desenvolvimento de empatia. Essas práticas sugerem a criação de um ambiente familiar caloroso e receptivo, onde as crianças se sentem encorajadas a compartilhar verbalmente seus sentimentos e a receberem apoio para solução de problemas. Esse ambiente contribui para o desenvolvimento das crianças, que por sua vez, desenvolvem compreensão emocional e capacidade de se colocarem no lugar do outro (Justo, Carvalho, Kristensen & 2014).

Cardoso e Quevedo (2021) realizaram uma revisão bibliográfica no artigo *Psicoeducação das necessidades básicas emocionais aos pais/cuidadores e relação com habilidades sociais*, com o intuito de verificar a eficácia da psicoeducação sobre as necessidades básicas emocionais da abordagem cognitivo-comportamental focada nos esquemas e sua contribuição para o desenvolvimento de habilidades sociais de crianças ou adolescentes. Ou seja, o objetivo foi verificar se a realização de programas de psicoeducação

com pais poderia trazer impactos no desenvolvimento emocional dos filhos. Nesse sentido, foi identificado que a aplicação de técnicas comportamentais apresentaram resultados positivos nas habilidades sociais educativas parentais, assim como mudanças positivas nos filhos (Coelho e Murta 2007). Outros estudos evidenciaram correlações positivas entre práticas educativas parentais com expressão de sentimentos e habilidades sociais e as práticas negativas a problemas de comportamento (Leme & Bolsoni-Silva, 2010; Bolsoni-Silva & Loureiro, 2019). Além disso, verificou-se que as práticas parentais com afeto e controle adequado têm relação positiva com a competência acadêmica e o controle psicológico negativa com habilidades sociais (Martins et al. 2014).

Em relação aos estilos parentais e os efeitos das práticas parentais nos filhos, identificou-se que pais autoritativos possibilitam o desenvolvimento de habilidades sociais nos filhos (Mondin, 2008). Os estilos parentais que se utilizam de técnicas coercitivas como o autoritário, ou falta de afeto, como no estilo negligente, podem gerar nas crianças medo, raiva, ansiedade e dificuldade de compreender a situação e o motivo da mudança no comportamento (Cardoso & Quevedo, 2021). Em síntese, a redução das práticas negativas e o aumento das práticas parentais positivas, a partir de programas de treinamento parental indicaram mudanças de comportamento parental e melhora nos comportamentos dos filhos, nas habilidades sociais, autorregulação das emoções, limites e gerenciamento dos comportamentos indesejáveis.

O objetivo do artigo *Estilos parentais, inteligência emocional e o enfant terrible – relações, implicações e reflexões* (Paula, 2012) foi explorar e realizar uma revisão bibliográfica, destacando a importância dos estilos parentais na dinâmica familiar e como estes influenciam no desenvolvimento de competências emocionais e sociais de crianças e adolescentes. Como dimensões parentais, o texto destaca o controle e a supervisão parental, destacando suas dimensões e impactos no desenvolvimento psicossocial das crianças e

adolescentes. O controle é descrito como a forma como os pais direcionam o comportamento dos filhos, tanto por meio de recompensas quanto de punições, e possui duas vertentes: o controle comportamental, que envolve recompensas e punições; e o controle psicológico, relacionado às expressões emocionais negativas associadas a comportamentos indesejados pelos pais, podendo envolver indução de culpa e vergonha ou manipulação emocional. A literatura aponta que os dois tipos de controle podem ser prejudiciais se apresentados em excesso, especialmente na fase da adolescência (Manzeske & Stright, 2009).

O controle psicológico elevado pode levar à internalização de culpa e confusão, afetando negativamente o desenvolvimento psicossocial, contribuindo para problemas como baixa autoestima, depressão, ansiedade, dificuldades sociais e comportamentos externalizados (Manzeske & Stright, 2009). A supervisão, por outro lado, é apresentada como uma alternativa ao controle excessivo, envolvendo monitoramento sem intrusão. Ela é considerada necessária em idades precoces, fornecendo orientação, feedback e segurança, mas deve diminuir gradualmente ao longo dos anos para permitir a autorregulação e individuação dos jovens (Paula, 2012).

No que se refere à regulação emocional, o estudo destaca o trabalho dos autores Barry e Kochanska (2010), que aponta que a resposta emocional dos pais às emoções expressas pelos filhos tem importantes consequências no desenvolvimento social e emocional das crianças, na regulação psicofisiológica, no enfrentamento de desafios emocionais e na qualidade das amizades estabelecidas; e o estudo de Alegre e Benson (2010), que sugere que as crianças que são ignoradas pelos pais, ou recebem disciplina rígida e têm dificuldade de comunicação com eles apresentam menores índices de inteligência emocional. Isso pode levar a respostas desadaptativas aos problemas, tanto internos quanto externos. Nessa direção, a literatura aponta que promover a expressividade emocional na relação entre pais e filhos é essencial para que as crianças aprendam a reconhecer e gerir seus estados emocionais.

O título do trabalho menciona também a revisão de estudos para relacionar os estilos parentais com a fase da primeira infância que vem sendo denominada de "*enfant terrible*", ou seja, a criança problemática. Destaca-se que essa terminologia não é condizente com a postura científica adotada pelos modelos contemporâneos da Psicologia do Desenvolvimento Infantil, pois acredita-se que se trata de um termo que traz uma conotação negativa a esta fase do desenvolvimento. Apesar disso, o estudo aponta três dimensões envolvidas no surgimento e agravamento desses comportamentos negativos em crianças do sexo masculino. Primeiramente, conflitos entre pais e crianças, marcados por discussões e punições severas, são apontados como fatores desencadeantes, além da supervisão inadequada ou ausente e a falta de envolvimento emocional dos pais, incluindo apoio emocional limitado e falta de interesse nas atividades dos filhos (Ehrensaft et al., 2003). Além disso, estudos apontam uma relação significativa entre delinquência e estilos/práticas parentais, destacando a rejeição, hostilidade, negligência e controle psicológico como correlacionados com a delinquência (Hoeve et al., 2009).

Considerando os fatores protetivos, a supervisão parental e a existência de regras são consideradas essenciais para proteger os adolescentes de comportamentos desviantes, como o uso de substâncias ilícitas (Kiesner, Poulin e Dishion, 2010). Os pais desempenham um papel crucial na contenção e orientação dos jovens, proporcionando uma rede de segurança por meio de uma supervisão adequada. Nesse sentido, o estilo autoritativo se apresenta como o mais eficaz para o desenvolvimento emocional saudável, pois evita tanto a superproteção quanto a falta de disciplina.

Discussão

A partir da análise dos resultados dos seis artigos encontrados, podemos concluir que todos os artigos, tanto empíricos quanto teóricos, vão em direção a afirmação da existência de

uma influência dos estilos parentais no desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes. Essa influência pode ser tanto positiva quanto negativa para esse desenvolvimento e também se diferencia a partir de outras características da própria criança, como o temperamento e a personalidade. Os estudos têm indicado, de maneira geral, que existe uma necessidade de estar atento às práticas parentais como um importante fator para entender o desenvolvimento emocional das crianças.

No estudo de Mota e Ferreira (2019) foi evidenciado que algumas características de personalidade estavam relacionadas como mediadoras do estilo parental com o desenvolvimento emocional. Ou seja, além de saber como funciona o estilo parental e como ele afeta diretamente a criança, é necessário levar em consideração variáveis internas do indivíduo, como as dimensões de personalidade mencionadas no estudo. Percebeu-se que o estilo parental mais favorável ao desenvolvimento emocional foi o estilo parental autoritativo, que se associou positivamente a características positivas da personalidade como extroversão e abertura à experiência, consideradas como facilitadoras do desenvolvimento emocional, enquanto que os estilos parentais que tendem para o excesso de autoridade ou negligência, como os estilos autoritário e negligente, dificultam o desenvolvimento emocional, principalmente em crianças com características do neuroticismo. Dessa forma, embora exista uma maior interferência das características de neuroticismo no desenvolvimento emocional, os pais com práticas proporcionais de afeto e disciplina tendem a se saírem melhor no enfrentamento das dificuldades advindas da personalidade da criança.

A pesquisa descrita no artigo de Pinto et al. (2014), confirma o papel corre regulador dos pais com relação ao desenvolvimento emocional dos filhos (Mikolajczak & Desseilles, 2012), ao pontuar que o processo de corre regulação, em que o cuidador atua como mediador da regulação emocional da criança, ocorre de forma mais eficiente quando os pais apresentam

maior disponibilidade afetiva e suporte emocional, presente em crianças que demonstraram níveis superiores da estratégia de equilíbrio emocional.

Além disso, apesar de não descrever os estilos parentais, o artigo define o processo de regulação emocional a partir das estratégias de elaboração com Equilíbrio Emocional (EEE), Adaptativa Operacional (EAO); e Incapacidade de Organização Emocional (IOE), que possui coerência com as características de regulação emocional trazidas na literatura. Essas estratégias são respostas emocionais dadas pelas crianças para lidar com o afeto doloroso, que dependem das suas capacidades de percepção, avaliação e expressão da emoção, que se referem à precisão com que os indivíduos podem identificar emoções e o conteúdo emocional e como eles a expressam (D. Chabot & M. Chabot, 2005). A partir desse reconhecimento emocional, a criança pode chegar a uma estratégia de resolução que traga soluções adaptativas, como a EEE e a EAO, ou não, como no caso da IOE.

Merece destaque o estudo de Laskoski¹ et al. (2022) sobre os estilos parentais e emoções morais de adolescentes envolvidos em atos infracionais, pois pontua em seus resultados a importância de que algumas particularidades do contexto podem mudar a influência do estilo de socialização parental. O estilo autoritário, que é aparentemente um estilo menos favorável quando falamos de crianças em um contexto de desenvolvimento de menor vulnerabilidade, passa a ter um caráter mais protetivo em contextos de maior vulnerabilidade. Nestes contextos mais vulneráveis, os estilos negligente e indulgente assumem um papel que tende a ser mais prejudicial do que o estilo autoritário.

É interessante observar que o estudo sobre desenvolvimento da empatia em crianças de Justo et al. (2014) não fala diretamente sobre desenvolvimento emocional e regulação emocional. Entretanto, por considerar a empatia como sendo uma característica que depende de uma boa regulação emocional, o artigo foi inserido dentro da revisão. Além de que, o mesmo apresenta resultados importantes em sua revisão de literatura, pois traz uma série de

estudos como o de Caminha et al. (2011), que confirmam o apego e vínculo emocional como importantes para o desenvolvimento emocional das crianças (Bowlby, 1989; Ainsworth 1978, 1985), inclusive com estudos longitudinais como o de Hastings e colaboradores (2000) que mostram o impacto negativo de um estilo parental extremamente autoritário. Os estudos também confirmam que as características das crianças, como o temperamento extrovertido ou de inibição (Cornell & Frick, 2007) são fatores influentes no desenvolvimento de estratégias de regulação emocional (Mikolajczak & Deseilles, 2012).

Na revisão de Cardoso e Quevedo (2021), destaca-se a importância de estudos que mostram estratégias de intervenção que reconheçam a influência das práticas parentais no desenvolvimento emocional, sendo essencial a realização de trabalhos que ajudem os pais a compreender esse impacto e a lidarem com essas situações de forma a favorecerem o desenvolvimento emocional dos filhos. Os estudos citados de Leme e Bolsoni-Silva (2010); e Bolsoni-Silva e Loureiro (2019) evidenciaram correlações positivas entre práticas educativas parentais positivas, baseadas no afeto e controle adequados, com expressão de sentimentos e habilidades sociais, e as práticas negativas a problemas de comportamento. Dessa forma, identificou-se que os pais de estilo autoritativo, que se utilizam dessas práticas, possibilitam o desenvolvimento das habilidades sociais (Mondin, 2008) e facilitam a autorregulação das emoções pelos filhos, em detrimento de pais autoritários, que geram nas crianças sentimentos desagradáveis que dificultam a compreensão da situação e o motivo da mudança no comportamento por parte dos pais (Cardoso & Quevedo, 2021).

Por fim, o artigo teórico de Paula (2012) traz estratégias de como lidar com as crianças, especificamente em situações de instabilidade e desajuste emocional, em um período em que a criança esteja passando por um momento de desregulação emocional, ao qual ela não consegue se regular sozinha. Assim como também aborda qual a forma e o comportamento dos pais direcionado a essas situações específicas de regulação, e como isso

pode influenciar posteriormente no desenvolvimento da criança. Desta forma, evidencia-se mais um vez o papel dos pais como sendo correguladores do processo de desenvolvimento emocional da criança (Mikolajczak & Deseilles, 2012).

Considerações finais

Pode-se perceber que a revisão trouxe dados relevantes para que se possa compreender como a relação entre as práticas parentais e o desenvolvimento emocional vem sendo abordado na literatura. Entretanto, destaca-se um número muito escasso de artigos encontrados, considerando um intervalo de tempo muito grande, o que mostra que essa ainda é uma relação que precisa ser muito explorada pela literatura. Apesar da relevância dos estilos teóricos, precisamos de mais estudos empíricos que mostrem essa relação.

É importante apontar que como todo estudo, existem algumas limitações ou sugestões que podem ser feitas para estudos futuros, entre elas acrescentar trabalhos em inglês, que podem ampliar o número de resultados, muito embora seja importante termos artigos disponíveis em língua não inglesa para que mais pessoas possam ter acesso às informações produzidas cientificamente. Além de realizar também pesquisas futuras que possam utilizar um delineamento experimental ou quase experimental, ou estimular a realização de estudos longitudinais, que são a metodologia mais rica para análises de processo de desenvolvimento, embora sejam muito custosos e dispendiosos de serem feitos.

Conclui-se que os objetivos do trabalho foram atendidos e que os resultados trazem contribuições para o campo de estudo sobre a relação sobre práticas parentais e o desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- Alegre, A., Benson, M. J. (2010). *Parental behaviors and adolescent adjustment: mediation via adolescent trait emotional intelligence*. Individual Differences Research. Vol. 8, no 2, p. 83-96.
- Ainsworth, M. (1963). *The development of infant-mother interaction among Ganda*. In: Foss, B. M. (Org.). *Determinants of infant behavior*. New York: Wiley. pp. 67-104.
- Ainsworth, M. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Erlbaum.
- Ainsworth, M.. (1985) *Attachments across the lifespan*. Bulletin of the New York Academy of Medicine, vol. 61, no 9, pp. 792-812.
- American Psychological Association (2012). *Manual de publicação da APA* (6. ed). Porto Alegre: Penso.
- Barry, R. A., Kochanska, G. (2010). A longitudinal investigation of the affective environment in: families with young children: from infancy to early school age. *Emotion*. Vol. 10, no 2, p. 237-249. <https://doi.org/10.1037/a0018485>
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907. <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Baumrind, D. (1971). *Current patterns of parental authority*. Developmental psychology, 4(1p2), 1. <https://doi.org/10.1037/h0030372>
- Baumrind, D. (1973). The development of instrumental competence through socialization. In A. Pick (Ed.), *Minnesota Symposia on Child Psychology* (Vol. 7, pp. 3-46). Minneapolis: University of Minnesota Press. <https://doi.org/10.5749/j.ctttsmk0.4>
- Baumrind, D. (1989). Rearing competent children. In W. Damon (Ed.), *Child development today and tomorrow* (pp. 349–378). Jossey-Bass/Wiley.
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *The Journal of Early Adolescence*, 11(1), 56–95. <https://doi.org/10.1177/02724316911111004>
- Bee, H., & Boyd, D. (2011). *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed
- Berger, K. S. (2003). *O desenvolvimento da pessoa da infância à terceira idade*. Rio de Janeiro: LTC.
- Bolsoni-Silva, A. T., Loureiro, S. R. (2019). *Práticas Parentais: Conjugalidade, Depressão Materna, Comportamento das Crianças e Variáveis Demográficas*. v. 24, n. 1, p. 69-83. Revista Psico-USF, Campinas. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240106>
- Bowlby, J. (1940). The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. *International Journal of Psycho-Analysis*, vol. 21, pp. 1-25.

- Bowlby, J. (1944). Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. *International Journal of Psycho-Analysis*, vol. 25, pp. 107-127.
- Bowlby, J. (1973/1984). *Apego e perda: Separação*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2.
- Bowlby, J. (1989) Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Caminha, R. M., Soares, T., & Kreitchmann, R.S. (2011). *Intervenções Precoces: promovendo resiliência e saúde mental*. In M. G. Caminha & R. M. Caminha (Eds.). *Intervenções e treinamento de pais na clínica infantil* (pp 31-80). Porto Alegre: Sinopsys.
- Cardoso, T. J. W., Quevedo, R. F. (2021). Psicoeducação das necessidades básicas emocionais aos pais/ cuidadores e relação com habilidades sociais. *Temas em Educ. e Saúde*, Araraquara, v. 17, n. 00, e021004. DOI: <https://doi.org/10.26673/tes.v17i00.14410>
- Chabot, D., & Chabot, M. (2005). *Pedagogia emocional (sentir para aprender)*. Sá editora.
- Coelho, M. V., Murta, S. G. (2007). *Treinamento de pais em grupo: um relato de experiência*. v. 24, n. 3, p. 333-341. *Revista Estud. Psicol.*, Campinas,. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2007000300005>
- Cornell, A. H., & Frick, P. J. (2007). The moderating effects of parenting styles in the association between behavioral inhibition and parent-reported guilt and empathy in preschool children. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 36, 305–318. <https://doi.org/10.1080/15374410701444181>
- Dalbem, J. X., Dell’aglio, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487–496. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>
- Denham, S. A., Workman, E., Cole, P. M., Weissbrod, C, Kendziora, K. T., & Zahn-Waxler, C. (2000). Prediction of behavior problems from early to middle childhood: The role of parental socialization and emotion expression. *Development and Psychopathology*, 12, 23- 45. doi: 10.1017/S0954579400001024
- Ehrensaft, M. K., Wasserman, G. A., Verdelli, L., Greenwald, S., Miller, L. S., & Davies, M. (2003). Maternal antisocial behavior, parenting practices, and behavior problems in boys at risk for antisocial behavior. *Journal of Child and Family Studies*. Vol. 12, no 1, p. 27-40. <https://doi.org/10.1023/a:1021302024583>
- Estatuto da criança e do adolescente. ECA (1994). BRASIL
- Fiske, D. W. (1949). Consistency of the factorial structures of personality ratings from different sources. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 44(3), 329–344.

<https://doi.org/10.1037/h0057198>

Freitas, N. F., & Ariosi, C. M. F. (2021). Toda criança tem direito a apego: considerações sobre afeto e apego. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.12, p. 113273-113280. <https://doi.org/10.34117/jdv7n12-248>

Gross, J. J.; Thompson, R. (2007). Emotion regulation: Conceptual foundations. In: Gross, J. J. (ed.). *Handbook of emotion regulation*, p. 3-24. NY: The Guilford Press.

Hastings, P. D., Zahn-Waxler, C., Robinson, J., Usher, B., & Bridges, D. (2000). The Development of Concern for Others in Children With Behavior Problems. *Developmental Psychology*, 36, 531-546. doi: 10.1037//0012-1649.36.5.531

Hlatywayo, C., Mhlanga, T., & Zingwe, T. (2013). Neuroticism as a determinant of job satisfaction among bank employees. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 4(13), 549-554. doi: 10.5901/mjss.2013.v4n13p549

Hoeve, M., Dubas, J. S., Eichelsheim, V. I., Laan, P. H. Van der., Smeenk, W., & Gerris, J. R. M. (2009) - The relationship between parenting and delinquency: a meta-analysis. *Journal of Abnormal Child Psychology*. Vol. 37, no 6, p. 749-775. <https://doi.org/10.1007/s10802-009-9310-8>

Justo, A. R., Carvalho, J. C. N., & Kristensen, C. H. (2014). Desenvolvimento da empatia em crianças: a influência dos estilos parentais. *Psicologia, saúde & doenças*, vol 15(2), p 510-523 DOI: <http://dx.doi.org/10.15309/14psd150214>

Kiesner, J., Poulin, F., Dishion, T. J. (2010). Adolescent substance use with friends: moderating and mediating effects of parental monitoring and peer activity contexts. *Merrill Palmer Quarterly (Wayne State University Press)*. Vol. 56, no 4, p. 529–556. <https://doi.org/10.1353/mpq.2010.0002>

Koller, S. H., Couto, M. C. P. P; Hohendorff, J. V. Orgs. (2014). *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso.

Laskoski, L. M., Fernandes, M. N, Doria, G. M. (2022). Estilos parentais e emoções morais de adolescentes em conflito com a lei. *Paidéia. Avaliação Psicológica*: v. 32, e3207. ISSN 1982-4327. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3207>

Leme, V. B. R. & Bolsoni-Silva, A. T. (2010). Habilidades sociais educativas parentais e comportamento de pré-escolares. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 15, n. 2, 161-173, maio/ago. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000200005>

Maccoby, E. E., & Martin, J. A (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In E. M. Hetherington (Ed.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development* (Vol. 4, pp. 1-102). New York: Wiley.

Manzeske, D. P., Stright, A. D. (2009). Parenting styles and emotion regulation: the role of behavioral and psychological control during young adulthood. *Journal of Adult*

Development. Vol. 16, no 4, p. 223-229. <https://doi.org/10.1007/s10804-009-9068-9>

- Martins, R. P., Nunes, S. A. N., Faraco, A. M. X., Manfroí, E. C., Vieira, M. L., & Rubin, K. H. (2014). *Práticas parentais: associações com desempenho escolar e habilidades sociais*. v. 32, n. 78, p. 89-100. *Revista Psicol. Argum.*, Curitiba. DOI: <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.32.078.AO04>
- Mayer, J. D., & Salovey, P. (1997). What is emotional intelligence? In P. Salovey & D. J. Sluyter (Eds.), *Emotional Development and Emotional Intelligence: Implications for Educators* (pp. 3-31). New York: Basic Books.
- Mikolajczak, M., & Desseill, M. (2012). *Tratado de regulação das emoções*. (pp. 19-479) Lisboa: Edições Piaget.
- Mondin, E. M. C. (2008). *Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos*. v. 26, n. 54, p. 233-244. *Revista Psicol. Argum.* Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19885/19187>.
- Mota, C. P., & Ferreira (2019). Estilos parentais, competências sociais e o papel mediador da personalidade em adolescentes e jovens adultos. *Análise Psicológica*, 37(3), 269-284. DOI: <https://doi.org/10.14417/ap.1548>
- Papalia, D. E., & Feldman (2013). *Desenvolvimento Humano*. 12ª edição. Porto Alegre: AMGH.
- Paula, J. M. P. (2012). *Estilos parentais, inteligência emocional e o enfant terrible – relações, implicações e reflexões*. *Revista de Enfermagem Referência*. III Série - n.º 8, pp.155-162. <https://doi.org/10.12707/RIII1203>
- Pettit, G. S., Bates, J. E., & Dodge, K. A. (1997). Supportive parenting, Ecological Context, and Children's Adjustment: A seven-Year Longitudinal Study. *Child Development*, 68, 908-923. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1997.tb01970.x>
- Pinto, H. M., Carvalho, A. R., & Sá, E. N. (2014). Os estilos educativos parentais e a regulação emocional: Estratégias de regulação e elaboração emocional das crianças em idade escolar. ISPA. *Análise Psicológica*, Vol.37 (4), p.387-400. <https://doi.org/10.14417/ap.844>
- Pires, R. O. (2001). Estratégias de elaboração da Ansiedade nas respostas às sequências de cenas à Prova Era uma vez... Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Salovey, P., & Mayer, J. D. (1990). Emotional intelligence. *Imagination, Cognition and Personality*, 9(3), 185-211. <https://doi.org/10.2190/dugg-p24e-52wk-6cdg>
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *einstein*, 8, 102-106. Acessado em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>

- Strayer, J., & Roberts, W. (2004). Children's anger, emotional expressiveness, and empathy: relations with parents' empathy, emotional expressiveness, and parenting practices. *Social Development*, 13, 229-254. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2004.000265.x>
- Zhou, Q., Eisenberg, N., Losoya, S. H., Fabes, R. A., Reiser, M., Guthrie, I. K., Murphy, B. C., Cumberland, A. J., & Shepard, S. A. (2002). The Relations of Parental Warmth and Positive Expressiveness to Children's Empathy-Related Responding and Social Functioning: A Longitudinal Study. *Child Development*, 73, 893-915. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00446>